



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012101-47.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR**  
 Requerente: **Reginaldo Soardi**  
 Requerido: **Oi Móvel S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DE C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou que tomou conhecimento de que a ré, com quem manteve contrato de prestação de serviços de telefonia, o teria inserido perante órgãos de proteção ao crédito relativamente a débito já quitado.

Alegou ainda que como não dispunha de comprovação do pagamento de sua obrigação manteve contato com a ré e aceitou proposta de iniciativa da mesma para a solução da pendência.

Salientou que sem embargo de efetuar o pagamento a seu cargo continuou negativado, além de receber fatura para cobrança de parte dessa dívida.

Já a ré em contestação sustentou a regularidade da cobrança questionada, deixando claro que em momento algum inexistiu falha que lhe pudesse ser imputada.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

O documento de fls. 12/13 consiste na proposta que a ré fez ao autor para saldar débito que tinha para com ela (o argumento de que esse débito inexistia, consoante relato exordial, não restou minimamente demonstrado).

Nota-se que a dívida envolvia quatro faturas, uma delas vencida em março de 2014 e outra em abril desse mesmo ano.

O documento de fl. 14, a seu turno, atesta que o autor anuiu à proposta e em tempo hábil fez o pagamento a que se obrigara.

Mesmo diante desse cenário, a ré enviou ao autor nova fatura (fls. 15/16) que contemplava período abarcado na proposta formulada anteriormente.

Assentadas essas premissas, impõe-se o acolhimento da pretensão deduzida quanto à declaração de inexistência do débito tratado nos autos, representado pela fatura de fl. 15/16.

Isso porque como ela concerne a espaço de tempo já inserido na proposta de fls. 12/13 se considera que o pagamento acostado a fl. 14 se voltou para sua satisfação, até porque a ré não amealhou dados minimamente sólidos que sequer indicassem eventual outra fonte que pudesse dar-lhe ensejo.

A postulação vestibular, porém, não vinga no que pertine à indenização para reparação dos danos morais invocados pelo autor.

Não obstante se reconheça que a indevida negativação (ao que se compara a que não foi excluída mesmo depois do pagamento da dívida) dê margem a isso, os documentos de fls. 25/29 levam a conclusão contrária.

Eles demonstram que o autor ostenta diversas outras negativações além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito e não foram impugnadas, o que inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

*“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.”* (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

*“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.”* (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça pacificou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Nem se diga que as demais negativas seriam anteriores à presente e já teriam sido excluídas.

Preservado o respeito tributado aos que perfilham entendimento diverso, reputo que o objetivo da reparação em situações como a dos autos é proteger a pessoa que nunca ostentou pendências financeiras diante de órgãos de proteção ao crédito ou que pelo menos tenha apresentado algo episódico nesse sentido, que não comprometeu o seu conceito de regularmente cumprir suas obrigações.

Bem por isso, se – como na hipótese vertente – a pessoa registra diversas questões dessa natureza não poderá invocar o benefício em apreço porque aquele bom conceito já estará irremediavelmente abalado.

Não se acolhe, em consequência, o pleito no particular.

Por fim, e na esteira do que aqui se positivou, o pedido contraposto formulado pela ré deve ser afastado à míngua de demonstração de débito do autor junto a ela.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE a ação e IMPROCEDENTE o pedido contraposto** para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos e excluir a negativação dele decorrente, tornando definitiva a decisão de fls. 18/19, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 17 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**